



**Textos para Discussão**

# QUAL PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO?

Cenários Macroeconômicos no Longo Prazo



Ministério da Saúde

**FIOCRUZ**

Fundação Oswaldo Cruz

## GOVERNO FEDERAL

Presidente da República  
*Dilma Rousseff*

Ministro da Saúde  
*Arthur Chioro*

Secretaria-Executiva  
*Ana Paula Menezes Sóter*

Presidente da Fundação Oswaldo Cruz  
*Paulo Gadelha*

Departamento de Monitoramento e Avaliação do SUS  
*Paulo de Tarso Ribeiro de Oliveira*

## SAÚDE AMANHÃ

Coordenação geral  
*Paulo Gadelha*

Coordenação Executiva  
*José Carvalho de Noronha*

Coordenação Editorial  
*Telma Ruth Pereira*

Apoio técnico  
*Renata Macedo Pereira*

Normalização bibliográfica  
*Marcia Carnaval Valporto de Almeida*

Projeto gráfico, capa e diagramação  
*Robson Lima — Obra Completa Comunicação*

## TEXTOS PARA DISCUSSÃO

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos desenvolvidos no âmbito do Projeto Saúde Amanhã, disseminando informações sobre a prospecção estratégica em saúde, em um horizonte móvel de 20 anos.

Busca, ainda, estabelecer um espaço para discussões e debates entre os profissionais especializados e instituições do setor.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista da Fiocruz/MS.

O projeto Saúde Amanhã é conduzido pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) com apoio financeiro do Fundo Nacional de Saúde do Ministério da Saúde.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

URL: <http://saudeamanha.fiocruz.br/>

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

V617q Vianna, Salvador Werneck.

Qual Padrão de Desenvolvimento? Cenários Macroeconômicos no Longo Prazo / Salvador Werneck Vianna, Maria Lucia Werneck Vianna. – Rio de Janeiro : Fundação Oswaldo Cruz, 2015.

14 p.

Bibliografia: p. 14. – (Textos para discussão ; n. 5)

1. Economia da Saúde. 2. Recursos em saúde. 3. Administração em saúde. 4. Política Econômica no Brasil. 5. Macroeconomia – Brasil. 6. Projeto Saúde Amanhã. I. Vianna, Salvador Werneck. II. Vianna, Maria Lucia Werneck. III. Fundação Oswaldo Cruz. IV. Título. V. Série.

CDU 614.2:338.2(81)

Textos para Discussão  
Nº 5

# QUAL PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO?

Cenários Macroeconômicos no Longo Prazo

Salvador Werneck Vianna  
Maria Lucia Werneck Vianna

Rio de Janeiro, abril de 2015

## AUTORES<sup>1</sup>

### **Salvador Werneck Vianna**

Graduação em Ciências Econômicas pelo Instituto de Economia/UFRJ (1995) e doutorado em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2006). Atualmente é pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

### **Maria Lucia Werneck Vianna**

Graduação em IFCS pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1965) e doutorado pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (1995). Atualmente é professora associada aposentada da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

<sup>1</sup> Agradecimentos a Caroline Teixeira Jorge e a Camila Ferraz, pela colaboração no levantamento de dados estatísticos.

## SUMÁRIO

|   |    |
|---|----|
| Introdução  | 7  |
| Panorama macroeconômico a partir de 2003  | 7  |
| Macroeconomia e saúde: financiamento, gastos e papel estratégico do setor saúde na inovação | 11 |
| Cenários prospectivos   | 13 |
| Referências Bibliográficas  | 14 |



# QUAL PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO?

## Cenários Macroeconômicos no Longo Prazo

### 1. INTRODUÇÃO

O artigo procura analisar o desempenho macroeconômico a partir dos anos 2000 e o setor Saúde (financiamento, gastos e inovação) no Brasil, de modo a subsidiar a elaboração de cenários prospectivos tanto para a macroeconomia quanto para o setor de saúde no País.

A primeira parte do texto consiste numa análise retrospectiva, explorando alguns contornos da política macroeconômica na última década, assim como seus condicionantes internos e externos. A segunda parte apresenta um conjunto de dados abarcando aspectos micro e macroeconômicos do setor saúde: financiamento, gastos, papel estratégico da saúde na inovação. A terceira parte discute e analisa a construção dos cenários prospectivos no longo prazo, assim definidos como o período de duas décadas à frente.

### 2. PANORAMA MACROECONÔMICO A PARTIR DE 2003

Embora não se intencione o estabelecimento de comparações entre diferentes governos, há uma considerável mudança de patamar da economia brasileira em diversos aspectos a partir de 2003, quando se inicia um novo governo federal. Ao final dos oito anos do governo Cardoso (1995-2002), a inflação média, medida pelo IPCA, havia sido de 9,1% ao ano, e o crescimento real do PIB foi, em média, da ordem de 2,3% ao ano. Em 2010, findos os dois períodos de governo do presidente Lula, a inflação anual média ficou em 5,77% (dentro, portanto, da meta definida pelo Conselho Monetário Nacional) e o crescimento do PIB, também em termos médios anuais, em 4,03%. Além disso, houve melhoras na distribuição de renda: o índice de Gini recua de 0,59, em 2002, para 0,53 em 2010.

Tal mudança de patamar, que de resto se verifica também em outras variáveis relevantes (relativas ao setor externo e ao mercado de trabalho, por exemplo), não ocorreu pura e simplesmente pela adoção de políticas, por assim dizer, mais virtuosas por parte do governo do PT, *vis-à-vis* o governo do PSDB. Na verdade, foi a interação entre grandes mudanças nas condições externas com as quais a economia brasileira se defrontava (desde 2003) e pequenas mudanças na orientação da política econômica doméstica que explica, em grande parte, a melhora no controle inflacionário, a recuperação das taxas de crescimento do PIB e a melhora na distribuição de renda registradas na segunda metade da década passada.

No cenário externo, a grande mudança observada foi a intensa aceleração das taxas de crescimento econômico das economias ditas “emergentes”, com destaque para a China. A sustentação do ritmo de crescimento chinês, que naquele momento já vinha de quase duas décadas a taxas

anuais de dois dígitos, propiciou uma notável elevação dos preços das *commodities*, incluindo alimentos, o que representou um enorme impulso para as exportações brasileiras desses produtos.

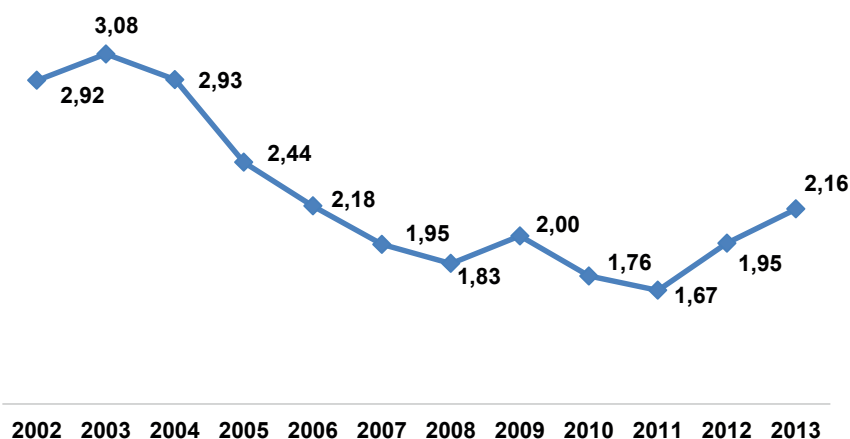
Adicionalmente, o setor exportador brasileiro – notadamente o vinculado às *commodities* metálicas – foi beneficiado, num primeiro momento, por uma posição excepcionalmente favorável da taxa de câmbio, ocasionada pela intensa desvalorização do real desencadeada pelas incertezas e temores dos mercados financeiros diante da transição de governos em fins de 2002.

Tabela 1. Taxas reais de crescimento econômico comparadas (% a.a.)

| Crescimento real do PIB | Média 1995-2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 |
|-------------------------|-----------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Economias avançadas     | 2,8             | 2,8  | 3,0  | 2,7  | 0,1  | -3,4 | 3,0  | 1,7  | 1,4  | 1,3  |
| Economias Emergentes    | 4,9             | 7,3  | 8,3  | 8,7  | 5,8  | 3,1  | 7,5  | 6,3  | 5,0  | 4,7  |
| China                   | 9,2             | 11,3 | 12,7 | 14,2 | 9,6  | 9,2  | 10,4 | 9,3  | 7,7  | 9,7  |
| Índia                   | 6,2             | 9,3  | 9,3  | 9,8  | 3,9  | 8,5  | 10,3 | 6,6  | 4,7  | 4,4  |
| Brasil                  | 2,5             | 3,2  | 4,0  | 6,1  | 5,2  | -0,3 | 7,5  | 2,7  | 1,0  | 2,3  |
| México                  | 2,4             | 3,2  | 5,0  | 3,1  | 1,2  | -4,5 | 5,1  | 4,0  | 3,9  | 1,1  |

Fonte: World Economic Outlook, IMF, Abr. 2014.

Gráfico 1. Taxa nominal de câmbio R\$/US\$



Fonte: Banco Central do Brasil.

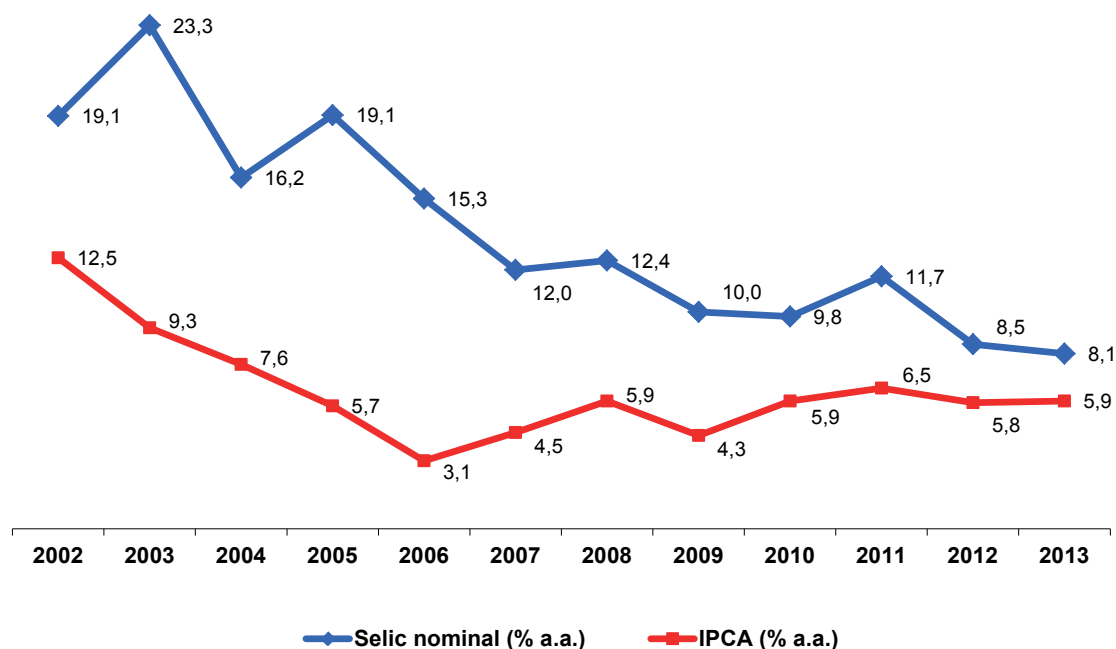
Esse duplo impulso, dado pela conjugação de uma taxa de câmbio desvalorizada com um cenário de termos de troca favoráveis, foi bem aproveitado pelo setor exportador de bens primários, o que se traduziu numa efetiva redução das vulnerabilidades externas da economia brasileira, que marcaram a década de 1990. A substantiva elevação do nível das reservas internacionais constitui em si um dado revelador, embora não o único, dessa nova realidade, que de resto permitiu à economia brasileira atravessar, sem maiores sobressaltos, os piores anos da severa crise internacional desencadeada nas economias avançadas a partir de 2007-2008.

Do ponto de vista da gestão da política macroeconômica, os primeiros anos do governo Lula foram marcados pela manutenção, e em alguns aspectos até aprofundamento, do arcabouço do governo anterior. O assim chamado “tripé” – regime monetário de metas de inflação, câmbio



flutuante e disciplina fiscal – foi mantido, com algumas nuances, como, por exemplo, o estabelecimento de uma meta maior de superávit primário. A política econômica reafirmava, assim, o compromisso prioritário com a estabilidade de preços, em detrimento de objetivos relacionados ao crescimento da renda e do emprego. A política monetária, neste sentido, constituía-se no instrumento-chave para esse compromisso, cabendo às políticas cambial e fiscal funções meramente coadjuvantes.

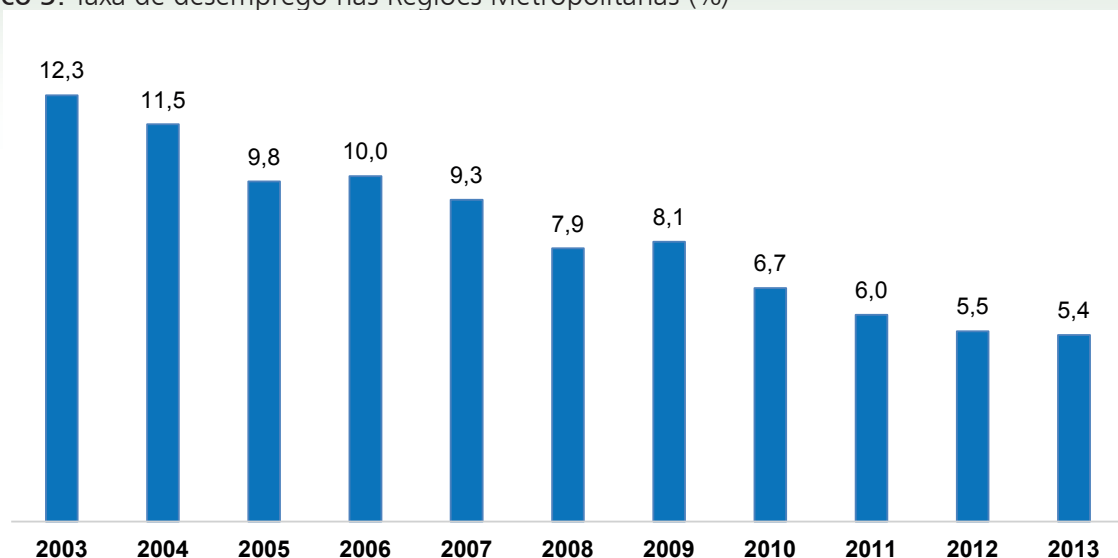
Gráfico 2. Inflação (IPCA) e juros (Selic)



Fonte: Banco Central do Brasil.

A manutenção de taxas básicas de juros (nominais e reais) em patamares elevados tem sido uma característica distintiva da política econômica brasileira, ainda que a tendência, na última década, tenha sido de (relativa) flexibilização. Além de atuar diretamente na contenção da demanda agregada, reduzindo o nível de atividade, a política de juros altos atua também como fator de atração de capitais externos de curto prazo. Esses capitais, ao entrarem na economia, ampliam a oferta de divisas e conseqüentemente contribuem para a apreciação da taxa de câmbio, o que por sua vez torna mais baratos os bens importados. A valorização do real, portanto, é um subproduto desejado da política monetária (ainda que isto não seja declarado pelo BCB), na medida em que constitui poderoso instrumento auxiliar no controle inflacionário.

Resta pouca dúvida, no entanto, de que o governo Lula soube, na medida do possível, aproveitar o vigoroso impulso dado à economia pelo setor externo (as “grandes mudanças” acima aludidas) para, através de intervenções pontuais (as “pequenas mudanças”), lograr dinâmicas positivas nos níveis de emprego e de renda.

**Gráfico 3.** Taxa de desemprego nas Regiões Metropolitanas (%)

Fonte: IBGE/PME.

Há que se destacar, ainda, a expressiva expansão do crédito oferecido pelo setor financeiro (público e privado), assim como do ritmo de inclusão de parcelas crescentes da população ao sistema bancário. A combinação destes fenômenos com o aumento do emprego forjou o regime de crescimento do período 2003-2010, baseado principalmente no consumo das famílias.

A interação dessas políticas, associada ainda a outros fatores, como a recuperação do valor real do salário mínimo e a expansão de programas distributivos como o “Bolsa Família”, propiciou a melhora, ainda que modesta, de importantes indicadores sociais. Houve quedas nos segmentos pobres e extremamente pobres da população, e melhora na distribuição de renda medida pelo índice de Gini.

**Tabela 2.** Parcelas da população por estratos de renda

| (População por faixa de renda - Brasil (2003 e 2011) |          |          |                |
|--|----------|----------|----------------|
| Estratos   | Famílias |          |                |
|  | (%) 2003 | (%) 2011 | Varição (p.p.) |
| Extremamente pobres                                  | 5,5      | 2,6      | -2,9           |
| Pobres   | 12       | 4,4      | -7,7           |
| Vulneráveis  | 50,5     | 44,8     | -5,6           |
| Não Pobres   | 32       | 48,2     | 16,2           |
| Total  | 100      | 100      | -              |
| Coeficiente de Gini                                  | 0,576    | 0,523    | -9,2           |

Fonte: Ipea, “BolsaFamília Program: a decade of inclusion and citizenship”, 2014.

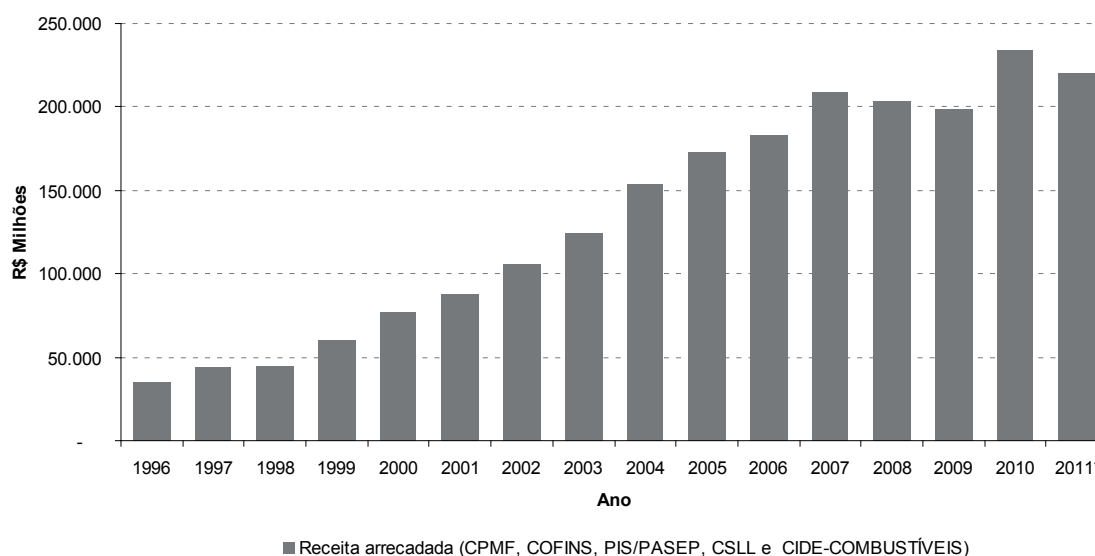
### 3. MACROECONOMIA E SAÚDE: FINANCIAMENTO, GASTOS E PAPEL ESTRATÉGICO DO SETOR SAÚDE NA INOVAÇÃO

O desenho do sistema de proteção social contemplado na Constituição Federal de 1988 baseia-se num modelo contributivo para as aposentadorias, mas com regime especial para os trabalhadores rurais (universalizando-se o acesso), universal na saúde e sujeito a controles de insuficiência de renda no caso das transferências assistenciais (BPC/LOAS).

Já o financiamento da Seguridade Social foi estruturado com base em contribuições diretas ao Sistema Previdenciário (Contribuições dos empregados e empregadores ao INSS e Contribuições ao regime de previdência do setor público), impostos e taxas vinculados à Seguridade Social (Cofins, CSLL, PIS/PASEP e Fundo de Pobreza) e em tributos não previamente vinculados à Seguridade Social.

A diversificação das fontes de arrecadação representou uma conquista de grande importância, na medida em que reduziu a sujeição do volume de receitas às oscilações do ciclo econômico<sup>2</sup>, ao mesmo tempo em que ampliou os recursos ao financiamento da seguridade social. A construção dessa “compatibilidade” entre a política econômica e o aumento dos recursos disponíveis para a seguridade social foi uma das grandes responsáveis pela melhora consistente da distribuição de renda nos últimos 20 anos, possibilitando a viabilização do aumento das transferências públicas para as camadas mais pobres da população e o pagamento do serviço da dívida pública (GENTIL e SANTOS, 2009).

Gráfico 4. Evolução das Contribuições Sociais



Fonte: SIAFI.

Apesar dos avanços do Sistema Único de Saúde, o aumento dos gastos privados é uma questão real, que vem ganhando importância crescente na medida em que se torna um item de despesa extremamente oneroso (e regressivo) no orçamento das famílias.

<sup>2</sup> Segundo Gentil e Santos (2009) “A diversificação das fontes de arrecadação do sistema de seguridade social, com a inclusão de contribuições sociais incidentes sobre o lucro e o faturamento, foi um avanço histórico, porque a previdência financiada unicamente pela folha de salários entrou em crise nos anos 1980, quando a economia brasileira enfrentou recessão e o emprego desabou”.

**Tabela 3.** Gastos em saúde, públicos e privados

|   | Brasil |        | Mundo  |        |
|---|--------|--------|--------|--------|
|   | 2001   | 2011   | 2001   | 2011   |
| Gastos em Saúde/Gastos Totais                     | 4,7%   | 8,7%   | 12,4%  | 15,3%  |
| Planos Privados de Saúde/Gastos privados em saúde | 35,0%  | 40,4%  | 39,6%  | 37,2%  |
| (\$Gasto governamental em saúde per capita (US    | 96,30  | 512,60 | 285,20 | 614,8% |

Fonte: OMS.

Em relação às despesas familiares, os dados da POF/IBGE (2008-2009) mostram que:

- 40% das famílias com menor rendimento destinam 74,2% desses gastos para medicamentos, enquanto entre os 10% com maiores rendas esse percentual foi de 33,6%;
- O acesso aos planos de saúde costuma ser limitado, concorrendo para isso a alta proporção de despesas com alimentação, habitação e transporte no orçamento doméstico das famílias. As despesas com planos de saúde correspondem a 7% dos gastos dos 40% mais pobres, contra 42,3% dos 10% mais ricos.

A expansão dos gastos globais se reflete também no surgimento de desequilíbrios no setor industrial ligado ao complexo da saúde. Os gargalos produtivos e a falta de investimentos em áreas de alto conteúdo tecnológico, como a produção de farmoquímicos, impactam fortemente a balança comercial com o aumento crescente do conteúdo importado. O próprio governo federal aparentemente reconhece isto, ao incluir R\$ 3,6 bilhões no Orçamento de Investimento para 2013-14 para o complexo saúde (Plano Brasil Maior, Balanço Executivo, 2012).

O aumento das importações nesses setores evidencia tais gargalos. Segundo Carneiro (2010), o setor de “Equipamentos Médicos e de Hospital, Automação Industrial e Precisão” teve um aumento do coeficiente importado de 32,7p.p. para 35,1p.p. entre 1996 e 2008. Isso mostra que “a indústria brasileira está substituindo a produção doméstica de insumos por importados de maneira rápida” (SUMMA&SERRANO, 2011), o que reforça o desafio ainda existente em termos de política industrial para o País.

**Tabela 4.** Coeficientes de penetração

| Setores                       | Coeficientes |         |         |                           |         |         |
|-------------------------------|--------------|---------|---------|---------------------------|---------|---------|
|                               | Exportação   |         |         | Penetração de Importações |         |         |
|                               | T1-2013      | T2-2013 | T3-2013 | T1-2013                   | T2-2013 | T3-2013 |
| Indústria Geral               | 19,5         | 19,2    | 19,2    | 21                        | 21,1    | 21,8    |
| Indústria de Transformação    | 15,6         | 15,5    | 15,7    | 19,6                      | 19,7    | 20,3    |
| Farmoquímicos e Farmacêuticos | 10,1         | 10,1    | 10,9    | 37,5                      | 38,5    | 40,8    |

Fontes: CNI e Funcex.

#### 4. CENÁRIOS PROSPECTIVOS<sup>3</sup>

No que concerne às possibilidades de o País ingressar num ciclo longo de crescimento sustentado, isto é, sem gerar pressões inflacionárias nem sobre o balanço de pagamentos, há um relativo consenso, baseado na evidência empírica brasileira, de que o crescimento continuado a taxas próximas de 5% ao ano requer uma taxa de investimento (formação bruta de capital em relação ao PIB) em torno de 25% do PIB. E, em que pese o fato de o investimento agregado no Brasil vir registrando, desde 2004, taxas de crescimento bem superiores às do PIB (à exceção de 2009 e 2012), ainda assim o nível atual do investimento permanece em patamares considerados baixos (pouco superior a 18% do PIB, em 2012), tanto em relação à média dos países em desenvolvimento, quanto em relação à média histórica do País.

A questão de fundo em relação ao investimento no Brasil remete, em última análise, ao padrão de crescimento que o País vem apresentando nos últimos anos. Assim, a expansão recente do investimento está majoritariamente associada aos setores que mais têm contribuído para o crescimento da economia: agronegócio e extrativismo mineral. Com efeito, os investimentos nos setores intensivos em recursos naturais e em escala respondem por cerca de 80% do total da formação bruta de capital.

O investimento é a variável-chave de uma economia; inserido numa estratégia adequada, funciona como ponte intertemporal entre diferentes estágios de desenvolvimento, permitindo a superação de gargalos de oferta e a implementação de transformações estruturais.

Nesse sentido, o grande desafio para o desenvolvimento brasileiro é a expansão significativa do investimento em três setores estratégicos: infraestrutura urbana e logística, energia e indústria de transformação. É absolutamente imprescindível a liderança do Estado nesse processo, em particular nos dois primeiros setores. Espera-se, que as concessões anunciadas em fins de 2012 potencializem os investimentos em infraestrutura no país nos próximos anos.

Foram analisados vários indicadores, como PIB, renda *per capita*, taxa de crescimento, taxa de desemprego, salário mínimo, rendimento médio do pessoal ocupado, índice de Gini, rendimentos do trabalho (participação no PIB), resultado primário (governo central), resultado primário (% PIB), serviço da dívida pública, taxa de juros (Selic), taxa de câmbio, saldo do balanço comercial, déficit em transações correntes, inflação (IPCA). Aqui são destacados:

O que se espera em um *Cenário Otimista e Possível* é que haja crescimento do PIB a uma taxa entre 3 e 4% a.a., resultante de um enfrentamento virtuoso dos obstáculos e restrições decorrentes da crise internacional, bem como da introdução de correções na implementação dos instrumentos de política econômica. Esse crescimento terá impactos no aumento da renda *per capita*, no coeficiente de Gini e nos níveis de emprego e taxas de desemprego, entre outros indicadores sociais.

No *Cenário Pessimista e Plausível*, o PIB crescerá a uma taxa de 0,56%, que é exatamente a taxa de crescimento populacional. Isso significa que as vicissitudes do quadro internacional não terão um enfrentamento adequado e que recrudescerá o viés conservador e monetarista da política econômica. Com isso, a renda *per capita* permanecerá a mesma de 2013: R\$ 24.065,00,

<sup>3</sup> Com algumas modificações e as necessárias revisões e atualizações, optamos por reutilizar a estrutura e alguns trechos (ainda atuais) constantes da Etapa 1 do Projeto Prospecção Estratégica do Sistema de Saúde Brasileiro (TEIXEIRA e WERNECK VIANNA, 2013). Esta foi a modesta forma que encontramos para homenagear Aloisio Teixeira, e de resto os próprios leitores, que podem assim ter contato com seu texto incomparavelmente denso, conciso e elegante.

o que significa um empobrecimento relativo da população brasileira e acarreta impactos negativos na distribuição de renda. Nível de emprego e taxa de desemprego refletirão as condições negativas do desempenho da economia brasileira, reduzindo-se o primeiro e elevando-se a segunda; a ausência de crescimento do emprego está relacionada com as tendências negativas dos indicadores de distribuição de renda e do rendimento médio do pessoal ocupado.

Em um *Cenário Conservador e Provável*, o PIB crescerá a uma taxa inferior à da média dos últimos dez anos — 2,0% a.a. — mas superior à taxa de crescimento demográfico. O impacto da crise internacional sobre a economia brasileira será significativo e a adoção de instrumentos de política econômica voltados para o crescimento e a promoção do emprego será tímida. A renda *per capita* crescerá, mantendo a tendência dos últimos anos, e o nível de emprego e taxa de desemprego permanecerão nos mesmos patamares em que se encontram na atualidade.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). **Perspectivas do Investimento**. APE/DEPEQ e GT do Investimento, maio de 2014. Disponível em: [www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br). Acesso em: 1 jun. 2014.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. **Balanco do PAC e Economia em Perspectiva**. 2013. Disponível em [www.fazenda.gov.br](http://www.fazenda.gov.br). Acesso em: 16 abr. 2014.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Balanco Executivo do Plano Brasil Maior**, 2012. Disponível em: [www.brasilmaior.mdic.gov.br](http://www.brasilmaior.mdic.gov.br). Acesso em: 16 abr. 2014.
- CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento brasileiro pós-crise financeira: oportunidades e riscos**. Texto preparado para o 7º Fórum de Economia da FGV-SP, 2010. Disponível em <http://www.centrocelsofurtado.com.br/arquivos/image/201108311439510.CARNEIRO1.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2014.
- GENTIL, D. e SANTOS, C. A CF/88 e as Finanças Públicas Brasileiras. In CARDOSO, J. C. (org). **A Constituição brasileira de 1988 revisitada: recuperação histórica e desafios atuais das políticas públicas nas áreas econômica e social**. Brasília: IPEA, v.1, Cap. 3, 2009.
- INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). **World Economic Outlook**, abril 2014. Disponível em: [www.imf.org](http://www.imf.org). Acesso 15 mai. 2014.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **O Brasil na virada do milênio: trajetória do crescimento e desafios do desenvolvimento**. Brasília, 1997.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Macroeconomia para o Desenvolvimento**. Projeto Perspectivas do Desenvolvimento Brasileiro, Livro 4. Brasília e Rio de Janeiro: Ipea, 2010.
- SERRANO, F. e SUMMA, R. Política macroeconômica, crescimento e distribuição de renda na economia brasileira dos anos 2000. **Observatório da Economia Global**. Textos Avulsos no 6, março de 2011.
- TEIXEIRA, A. e WERNECK VIANNA, S. T. Cenários macroeconômicos no horizonte 2022/2030. In: GADELHA, P.; CARVALHO, J. N. de; PEREIRA, T. R. **A saúde no Brasil em 2030: prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro: desenvolvimento, Estado e políticas de saúde**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz; Ipea; Ministério da Saúde; Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2013. Volume 1.